

Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2017

1 - PREÂMBULO

PROCESSO Nº 2748/17 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

OBJETO: Eventual e Futura aquisição dos medicamentos para atendimento dos pacientes com processos administrativos e judiciais cadastrados na Secretaria Municipal de Saúde, baseado e sobre a Lista de preços de fábrica (PF), fixados na Lista de medicamentos da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos/Agência Nacional de Vigilância Sanitária (CMED/ANVISA), da forma que se obtenha o maior percentual (%) de desconto sobre a referida tabela, considerando os lotes discriminados, por período estimado de 12(doze) meses.

TIPO: A presente licitação deverá ocorrer pelo maior percentual de desconto por lote, baseado e sobre a Lista de preços de fábrica (PF), da lista de Preços de Medicamentos da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos/Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (CMED/ANVISA).

CREDENCIAMENTO, ABERTURA ENVELOPE PROPOSTA E FASE DE LANCES (JULGAMENTO):

Dia: 08/06/2017, às 09h30min

LOCAL: na sala de reunião da Comissão Permanente de Licitações e Compras da Secretaria Municipal de Bom Jardim, localizada à Praça Governador Roberto Silveira, nº 44, 4º andar – Centro – Bom Jardim/RJ.

LEGISLAÇÃO PERTINENTE: Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto nº 3931/01, bem como no Decreto Municipal 2156/10, de 14 de janeiro de 2010, Lei complementar Municipal nº 135 de 19 de outubro de 2011 com alterações na Lei Complemental Federal 147/2014, aplicando-se subsidiariamente, as normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Os interessados em participar da presente licitação deverão entregar, diretamente na CPLC os envelopes fechados e indevassáveis.

Não haverá prazo de tolerância para entrega dos envelopes (habilitação e proposta de preços).

2-DO OBJETO:

2.1 - Constitui o objeto do presente Termo de Referência a Eventual e Futura aquisição dos medicamentos para atendimento dos pacientes com processos administrativos e judiciais cadastrados na Secretaria Municipal de Saúde, baseado e sobre a Lista de preços de fábrica (PF), fixados na Lista de medicamentos da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos/Agência Nacional de Vigilância Sanitária (CMED/ANVISA), da forma que se

1953 1929 OAF JAN OUT

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

obtenha o maior percentual (%) de desconto sobre a referida tabela, considerando os lotes discriminados, por período estimado de 12(doze) meses, , conforme condições e especificações contidas na Planilha de quantitativos e Preços Unitários – Anexo I do Termo de Referência do presente Edital.

3- DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS, DO FORNECIMENTO, DO LOCAL DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO.

- 3.1- O prazo de vigência do contato será de 12 (doze) meses e começará a contar da assinatura da ata de registro de preço.
- 3.2 Após a assinatura da ata de registro de preços, a Empresa vencedora do certame terá o prazo de até 7 (sete) dias úteis para iniciar aentrega dos insumos solicitados, que deverá ser realizada de forma parcelada.
- 3.3 A entrega dos insumos deverá ser realizada de forma parcelada, de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, devendo todos estardentro do prazo de validade, conforme disposto no item 18.2 deste Termo de Referência.
- 3.4 A entrega dos insumos deverá ser realizada na Farmácia Municipal de Bom Jardim, situado à Av. Tancredo Neves, 441, Térreo, Ed Filinho Maravilho Bom Jardim RJ, de segunda à sexta-feira, das 8:30 às 11:00 horas e de 13:30 às 16:30 horas
- 3.5 A entrega dos medicamentos deverá ser acompanhada de notas fiscais em 2 (duas) vias, discriminando os medicamentos de acordo com o empenho e os dados bancários para pagamento.
- 3.6 Na eventualidade de se verificarem desacordo na entrega dos produtos com o empenho, a licitante vencedora deverá corrigir no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 3.7- A Lista de medicamentos da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos/Agência Nacional de Vigilância Sanitária (CMED/ANVISA) encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/listas-de-precos.

4 - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA EMPRESA CONTRATADA.

- 4.1 São obrigações da **CONTRATADA**, sem que a elas se limitem:
- 4.1.1 Assinar a Ata de Registro de Preços e manter, durante toda a vigência da mesma, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência;
- 4.1.2 Fornecer os insumos no local indicado no Termo Referência;
- 4.1.3 Promover por sua conta, a cobertura, através de seguros, dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na entrega de objeto do Termo Referência;

Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

5- DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA EMPRESA CONTRATANTE.

- 5.1 Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.
- 5.2 Fornecer todas as informações necessárias para que a contratada possa entregar o objeto dentro das especificações técnicas recomendadas;
- 5.3 Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada à execução do contrato;
- 5.4 Efetuar o pagamento à CONTRATADA, na forma convencionada neste Edital;
- 5.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio dos servidores designados como Fiscal do Contrato, nos termos do art. 67 da Lei no 8.666/93, exigindo seu fiel e totalcumprimento;
- 5.6 Verificar a regularidade fiscal da CONTRATADA antes de efetuar o pagamento.
- 5.7 Aplicar penalidades à contratada, por descumprimento contratual.

6-DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 - Poderão participar deste certame quaisquer empresas que:

- 6.1.1 estejam legalmente estabelecidas e especializadas na atividade pertinente com o objeto desta licitação, devendo ser comprovado pelo contrato Social;
- 6.1.2 atendam os requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste edital;
- 6.1.3 comprovem possuir os documentos necessários de habilitação previstos neste edital, que comprovem:
 - Habilitação Jurídica documentos exigidos no art.28 da lei 8.666/93;
 - Regularidade Fiscal e Trabalhista- documentos exigidos no art.29 da lei 8.666/93;
 - Capacitação Técnica documentos exigidos no art.30 da lei 8.666/93;
 - Capacitação Econômico-Financeira- documentos exigidos no art.31 da lei

8.666/93;

6.2 - Não poderão concorrer neste certame as empresas:



Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

- 6.2.1 declaradas inidôneas por ato da Administração Pública;
- 6.2.2 que estejam cumprindo pena de suspensão de direito de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Bom Jardim/RJ;
- 6.2.3 em consórcio ou em grupo de empresas.
- 6.2.4 tenham tido sua falência decretada
- 6.2.5 cujo objeto social não seja compatível com o objeto desta licitação.
- 6.3. A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

7-DO PREÇO UNITÁRIO E DOS VALORES TOTAIS MÁXIMOS ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO

- 7.1- O Preço unitário máximo será apurado mediante maior percentual de desconto concedido sobre a Lista de Preços de cada tabela da montadora/fabricante, do mês em que se aplica a entrega dos mesmos.
- 7.2-O preço estimado pela administração para aquisição dos medicamentos é de R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta reais) conforme valores informados pela SMS.
- 7.3-O valor estimado constitui mera estimativa, não se obrigando o Município de Bom Jardim a utilizá-lo integralmente.

8-DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1-O registro de preços será formalizado por intermédio da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS- ANEXO III, nas condições previstas neste edital.

9-DO CONTROLE E DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS

- 9.1-Durante a vigência da ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, considerando o prazo de duração do contrato igual ou inferior a um ano, aplicando-se, no que couber, as Leis nº. 9.069 de 29 de junho de 1995, e 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.
- 9.2- Objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, os preços registrados poderão ser alterados, com as devidas justificativas, por acordo entre as partes, apenas em situações que sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica



Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

extraordinária e extracontratual, nos moldes da alínea "d" do inciso I, do Art. 65, da Lei 8.666/93.

- 9.3- Mesmo comprovada a ocorrência de situação acima prevista, a Administração, se julgar conveniente, baseado no interesse público, poderá optar para cancelar a Ata de Registro de Preços.
- 9.4- Comprovada a redução dos preços praticados no mercado, a Administração convocará a empresa vencedora para, após negociação, redefinir os preços e alterar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ANEXO III.
- 9.5- Caso julgue-se necessário e em consonância com a legislação vigente, os reajustes tomarão como base os índices do IGPM.

10-DO CREDENCIAMENTO

- 10.1 A licitante far-se-á apresentar para credenciamento perante o Pregoeiro por um representante, devidamente munido de documento, original de Carteira de Identidade ou equivalente, que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes exibir o Contrato Social da Empresa (autenticado ou original).
- 10.2-O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida **com poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada.** (Carta de Credenciamento _ Anexo V). Sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa, deverá apresentar somente cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, ficando neste caso, dispensado da Carta de Credenciamento.
- 10.3- A empresa deverá apresentar juntamente com os documentos acima citados a declaração de Fatos Impeditivos (modelo no anexo IV) e Declaração de atendimento aos requisitos de habilitação (modelo no anexo VIII), todos fora do envelope.
- 10.4- As Sociedades Anônimas deverão apresentar cópia da ata da assembléia geral ou da reunião do Conselho de Administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais administradores, que deverá evidenciar o devido registro na Junta Comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei 6.404/76 e suas alterações.
- 10.5-As empresas que participarem da presente licitação, será permitido apenas (01) um representante legal que será o único admitido a intervir em nome da mesma.
- 10.6-É vedado a um mesmo procurador, representante legal ou credenciado representar mais de um licitante, sob pena de afastamento das licitantes envolvidas no procedimento licitatório.



Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

10.7- A ausência do credenciamento implicará na impossibilidade de formulação de lances após a classificação preliminar, bem como a perda do direito de manifestar intenção de recorrer das decisões do Pregoeiro, ficando o representante da licitante impedido de se manifestar durante os trabalhos.

11-DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 11.1 As Proposta de Preços serão aceitas em formulário fornecido pelo licitado, ANEXO II e deverá ser apresentada em 01 (uma) via, datilografada ou manuscrita, com carimbo do CNPJ da firma licitante (em todas as folhas) e rubricadas (em todas as folhas), datada e assinada pelo representante legal da licitante e ainda, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas e deverá estar dentro de envelope indevassável e lacrado no fecho.
- 11.1.1- Na hipótese da Licitante apresentar formulário próprio, este deverá idêntico ao fornecido pelo Licitado, ser feito com o timbre da Empresa, em 01 (uma) via, datilografada ou manuscrita, com carimbo do CNPJ da firma licitante (em todas as folhas) e rubricadas (em todas as folhas), datada e assinada pelo representante legal da licitante e ainda, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas e deverá estar dentro de envelope indevassável e lacrado no fecho, sendo certo que qualquer divergência entre o formulário próprio e o Edital/Termo referência/Formulário fornecido pelo licitado, PREVALECERÀ todas as informações contida no edital e anexos, contendo na sua parte externa o título.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM. ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/17 (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)

- 11.2- Na apresentação da proposta deverão ser observados os seguintes requisitos:
- 11.3-Atender a todos os itens e condições constantes deste Edital e seus anexos, contendo especificações de forma clara e detalhada do objeto a ser fornecido em conformidade com o Anexo I deste Edital.
- 11.4- Será considerada vencedora a licitante que oferecer a proposta de maior percentual de desconto por item, sob pena de desclassificação.
- 11.5– O prazo de validade da Proposta será de um(01) ano, contados da data da abertura, independentemente de declaração expressa neste sentido.
- 11.6 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente no país, todos em algarismos arábicos, com no máximo duas casas decimais para os centavos, pelo qual a licitante se propõe a fornecer os medicamentos.



Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

- 11.7 Em nenhuma hipótese poderá ser alterada a Proposta apresentada, seja quanto ao preço, forma de pagamento, prazos ou outra condição que importe em modificação dos termos originais.
- 11.8- Serão admitidas no conjunto das propostas quaisquer informações complementares que visem esclarecer eventuais omissões e dúvidas pertinentes ao objeto do certame, ou à situação do proponente, cujo conteúdo será dirimido pelo Pregoeiro, podendo considerá-las ou não, conforme a importância.
- 11.9- Serão desclassificadas as Propostas elaboradas em desacordo com os termos deste edital.
- 11.10- Para efeito de julgamento da presente Licitação, a Comissão de Licitação se orientará pelos seguintes critérios:
- 11.11 Não serão consideradas as propostas que não atenderem todos os critérios e as exigências estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 11.12 Será considerada vencedora a licitante que oferecer a proposta de MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO;
- **11.12.1** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente edital, que apresentarem DESCONTOS INFERIORES *ao estimado pela administração*.

12- HABILITAÇÃO

12.1 – O envelope contendo a documentação de **HABILITAÇÃO** deverá ser indevassável, lacrado e rubricado no fecho, contendo a sua parte externa o Título.

MUNICIPAL DE BOM JARDIM ENVELOPE 002 – HABILITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/17 (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)

12.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- **12.2.1** Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, no órgão correspondente, indicando os atuais responsáveis pela administração;
- **12.2.2** No caso de sociedades anônimas, cópia da ata da assembléia geral ou da reunião do conselho de administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais administradores, evidenciando o devido registro na junta comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei 6.404/76 e suas alterações;
- 12.2.3 Cédula de identidade dos sócios e/ou Diretores:



Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

- **12.2.4** Para empresa individual: registro comercial.
- 12.2.5 Declaração de Idoneidade (conforme o anexo IX)
- 12.2.6 Declaração de Cumprir o Art. 7°, XXXIII ,da C.F. (conforme o anexo VI)
- **12.2.7** Certidão de Regularidade expedida pelo Ministério Público do estado do Rio de Janeiro Promotoria de Justiça de Fundações, conforme determina a Resolução Complementar nº 15/2005, em se tratando de Fundações.

12.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL:

- **12.3.1** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 12.3.2 Comprovante de Inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes CNPJ;
- 12.3.3 Certidão de Regularidade com a Previdência Social (INSS);
- **12.3.4** Certidão de Regularidade com o FGTS emitida pela Caixa Econômica Federal;
- 12.3.5 Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União;
- **12.3.6** Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação a tributos estaduais (ICMS);
- **12.3.6.1** Certidão emitida pela Procuradoria Geral do Estado, caso tenha sede no Estado do Rio de Janeiro.
- 12.3.7 Certidão de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da licitante.
- **12.3.8** Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos temos da Lei 12.440/2011 CNDT Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

12.3.9 - Microempresas e empresas de pequeno porte

- **12.3.9.1** A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar os documentos de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição, caso seja adjudicatária deste certame, nos termos do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.
- **12.3.9.2** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte adjudicatária deste certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da



Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

12.3.9.3 - A falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

12.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- **12.4.1** Certidão Negativa de Falência e Concordata. Expedida há menos de 90 (noventa) dias, da data da realização da licitação;
- **12.4.1.1** A licitante, deverá apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas.
- **12.4.1.2** No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou concordata, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo fórum competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.
- **12.5** As cópias dos documentos deverão ser autenticadas em cartório e/ou apresentados os originais para que suas cópias sejam autenticadas pelo Pregoeiro.
- **12.6** As Certidões Negativas de Débitos (CND) apresentadas sem indicação do prazo de validade, serão consideradas como válidas por 90 (noventa) dias a contar da data de sua expedição.

12.7 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 12.7.1 Licença de funcionamento conferido pelo órgão Sanitário Estadual ou Municipal dentro do prazo de validade, para venda e/ou distribuição de medicamentos.
- 12.7.2 Autorização de funcionamento expedida pela ANVISA com publicação no D.O.U (Diário Oficial da União) para venda e/ou distribuição de medicamentos.
- 12.7.3 No caso da empresa licitante ser uma distribuidora deverá também apresentar o Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento (CBPDA) ou o protocolo de requerimento do referido certificado emitido pela ANVISA acrescido do relatório de auto de inspeção aprovado pela vigilância sanitária, com emissão inferior à 12 meses, referente aos objetos licitados, conforme determinação da Lei Federal nº 6.360/1976 e Portaria do Ministério da Saúde nº 802/1998, que deverá ser apresentado ainda junto à proposta comercial (no mesmo envelope).
- 12.7.4 Certificado de Regularidade conferido pelo Conselho Regional de Farmácia dentro do prazo de validade.

SN2 199 70 Ar AND

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

12.7.5 – A empresa licitante deverá apresentar declaração em papel timbrado da mesma, assinada pelo seu administrador ou gerente (comprovação da função/cargo através do contrato social ou documento equivalente), com firma reconhecida, garantindo a entrega do objeto em 7 (sete) dias corridos em caso de contratação, sob pena de desclassificação da proposta. A referida declaração deverá ser apresentada junto à proposta comercial (no mesmo envelope).

12.8 – DAS MICROEMPRESAS OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

- **12.8.1** As microempresas e empresas de pequeno porte, para utilizarem as prerrogativas estabelecidas na Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar fora de qualquer dos envelopes, além de todos os documentos previstos no item 8 deste edital, os seguintes documentos:
- **12.8.2** Declaração, firmada pelo representante legal da empresa (com firma reconhecida), de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, e de que não se enquadra em nenhum dos casos enumerados no § 4º do art. 3º da referida Lei (**ANEXO VII**) e anexado a este, situação cadastral junto à JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA SEDE DA LICITANTE.
- **12.8.3** A microempresa e a empresa de pequeno porte, que atender aos requisitos exigidos pela LC 123/06, que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, previstos no item 12.3. do edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em cinco dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.
- **12.8.4** O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.
- **12.8.5** O prazo de que trata o item 12.8.3 poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.
- **12.9** A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 12.8.5 implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no no art. 81 da Lei n°8.666/93 de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- **12.10** A documentação exigida para habilitação deverá ser inserida em envelope individual, fechado, identificado com os seguintes dizeres:

12.11- DA AUTENTICAÇÃO DA DOCUMENTAÇÂO:

12.11.1- A documentação exigida para a habilitação poderá ser apresentada em original, ou cópia devidamente autenticada por cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial. No caso de cópia não autenticada, deverão ser exibidos os originais para autenticação

SN2 199 70 Ar AND

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

pelo Pregoeiro e/ou Equipe de apoio, a autenticidade do documento poderá, ainda, ser verificada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, através de consulta Via Internet aos "sites" dos órgãos emitentes dos documentos.

- 12.11.2- A referida autenticação pelo Pregoeiro dos documentos de habilitação do certame licitatório só poderá ser feita até 01 (um) dia antes da abertura das proposta, não podendo ser autenticado nenhum tipo de documento no dia do Pregão. Para esse procedimento a comissão ficará à disposição dos interessados no horário do expediente da Prefeitura Municipal de Bom Jardim.
- 12.12-Não serão **aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos** em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.
- 12.13- Serão inabilitadas as empresas que não satisfizerem as exigências estabelecidas para a habilitação.
- 12.14-As Empresas já cadastradas na Prefeitura Municipal de Bom Jarim não ficam eximidas de apresentar dentro do envelope habilitação todas as documentações exigidas no presente edital.

13. - DO JULGAMENTO:

- 13.1- No local dia e hora previstos neste edital, em sessão pública, deverão comparecer as licitantes, com a declaração mencionada no item 12 e os envelopes PROPOSTA E HABILITAÇÃO, apresentados na forma anteriormente definida;
- 13.2- O julgamento do certame será realizado em uma ou mais sessões públicas; sempre com a lavratura da respectiva ata circunstanciada, assinada pelas licitantes presentes, pelo Pregoeiro e demais membros da equipe de apoio;
- 13.3- Após a fase de credenciamento das licitantes, na forma do disposto no **item 10**, o Pregoeiro procederá a abertura das propostas de preços, verificando, preliminarmente, a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório e seus anexos, com a consequente divulgação dos preços ofertados pelas licitante classificadas;
- 13.4- Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM, observados o prazo máximo de fornecimento, as especificações e parâmetros de qualidade definidos neste edital.
- **13.4.1-** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente edital, que apresentarem preços manifestamente inexequíveis e *percentuais de desconto inferiores ao estimado pela administração*.
- **13.4.2-** De acordo com a Lei de Licitações artigo 48 Inciso II §1°, alíneas a e b, preços manifestadamente inexequíveis são aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de

25 N2 V

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação. No caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinqüenta por cento) do valor orçado pela Administração, ou b) valor orçado pela Administração. Bem como, § 2º Dos licitantes classificados na forma do anterior cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas "a" e "b", será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no § 1º do art. 56, igual a diferença entre o valor resultante do parágrafo anterior e o valor da correspondente proposta.

- 13.5- Serão qualificados pelo Pregoeiro, para ingresso na fase de lances o autor da proposta de percentual de desconto por item e todos os demais licitantes que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e inferiores em até 10% (dez por cento) à de maior percentual de desconto por item.
- 13.6- Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas, o Pregoeiro proclamará a qualificação preliminar das licitantes com as três melhores propostas além da licitante que tiver apresentado o maior percentual de desconto na proposta escrita. Em caso de empate nos preços, será efetuado sorteio para que o limite de 4 (quatro) licitantes não seja ultrapassado.
- 13.7- Caso duas ou mais propostas escritas apresentarem preços iguais, será realizado sorteio, também, para determinação da ordem de oferta dos lances.
- 13.8- O Pregoeiro convidará individualmente as licitantes qualificadas a apresentarem os lances verbais, a começar pelo autor da proposta escrita de menor percentual de desconto por item seguido dos demais, em ordem decrescente de valor;
- 13.9 O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo para lances, bem como o valor ou percentual mínimo para acréscimo dos lances, mediante prévia comunicação aos licitantes e expressa menção na ata da Sessão;
- 13.10- Só serão aceitos lances cujos valores sejam SUPERIORES ao último apresentado;
- 13.11- A desistência de apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último lance apresentado pela licitante para efeito de ordenação das propostas;
- 13.12- A desistência dos lances já ofertados sujeitará a licitante às penalidades previstas no item 18 do Edital.
- 13.13- O encerramento da etapa competitiva dar-se- á quando, indagados pelo Pregoeiro, as licitantes qualificadas manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances, ou quando encerrado o prazo estipulado na forma do subitem 12.9;

100 POAR JAS OUT 122

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

- 13.14-A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapas de lances verbais e a manutenção do ultimo desconto apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 13.15-Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e desconto, caberá ao Pregoeiro decidir motivadamente a respeito de sua aceitabilidade, vedada a aceitação de propostas cujos descontos dos itens sejam superiores aos estimados na Planilha de Quantitativos e Descontos TERMO REFERÊNCIA.
- 13.16- A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, com preços iguais ou até 5 %(cinco por cento) superior à proposta de melhor preço, será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, de acordo com o estabelecido no § 3º, art. 45, da Lei Complementar n º 123/06.
- 13.16.1- Não ocorrendo a apresentação da proposta da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 12.16, serão convocadas, na ordem classificatória, as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese acima, para o exercício do mesmo direito.
- 13.16.2- O disposto no subitem 12.16 somente se aplicará quando **a melhor oferta inicial** não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 13.17- O Pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante vencedora para que seja obtido melhor desconto aceitável, devendo esta negociação se dar em público e formalizada(s) em ata;
- 13.18- Sendo aceitável a proposta final classificada em primeiro lugar, após negociação com o Pregoeiro, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, **para confirmação das suas condições de habilitação**, <u>descrita no item 12</u> <u>do Edital</u>, assegurado-se ao já cadastrado no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Prefeitura Municipal de Bom Jardim, o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão de apreciação dos documentos;
- 13.19- Verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas no edital, o Pregoeiro declarará a licitante vencedora, caso nenhum licitante manifeste a intenção de recorrer;
- 13.20— Caso a licitante vencedora desatenda as exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, verificando, conforme o caso, a aceitabilidade da proposta e o atendimento das exigências de Habilitação, até que uma licitante cumpra as condições fixadas neste edital, sendo o objeto do certame a ela adjudicado, quando constatado o desinteresse dos demais licitantes na interposição de recursos;
- 13.21- Na reunião lavrar-se-á ata, em que serão registradas as ocorrências relevantes, e, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e demais membros de equipe de apoio, bem como pelas licitantes presentes. A recusa da licitante em assinar a ata, bem como a exigência de participante ausente naquele momento será circunstanciada em ata;



Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

- 13.22- O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes de habilitação dos demais licitantes até a formalização do contrato com a adjudicatória, sendo assegurado o prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias corridos para a retirada do mesmo, sob pena de destruição.
- 13.23- A Empresa que cotar o maior percentual de desconto ficará obrigada a fornecer todos os itens, quando solicitado.

12- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

- 12.1- Ao final da sessão e declarada a licitante vencedora pelo Pregoeiro, qualquer licitante poderá manifestar imediatamente motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões desde que munido de carta de credenciamento ou procuração com poderes específicos para tal. As licitantes poderão interpor recurso no prazo de 3(três) dias úteis, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões por igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada a vista imediata dos autos;
- 12.3- A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor;
- 12.3- O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;
- 12.4- A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento, e, se oral, será reduzida a termo em ata;
- 12.5- O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo;
- 12.6- Os recursos e as contrarrazões interpostos pelas licitantes deverão ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal de Bom Jardim, localizado em endereço constante no presente Edital, no horário das 9:00 às 12:00 horas e 13:00 às 17:00 horas, diariamente, exceto aos sábados domingos e feriados;
- 12.7- Os recursos e as contrarrazões serão dirigidos ao Pregoeiro, que poderá reconsiderar ou enviar para a Autoridade Competente, que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, decidirá de forma fundamentada:
- 12.8- Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório;
- 12.9- Dos atos da Administração, após a Adjudicação, decorrentes da aplicação da Lei no 8.666/93, caberá:



Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

- I recurso, dirigido à Autoridade Competente, por intermédio do Pregoeiro, interposto no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, a ser protocolizado no endereço referido no subitem 12.6 deste Edital, nos casos de:
- a) anulação ou revogação da licitação;
- b) rescisão do Contrato, a que se refere o inciso I do artigo 79 da Lei no 8.666/93;
- c) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou multa.
- II representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico;
- III pedido de reconsideração de decisão da Autoridade Competente, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.
- 12.10- O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo devidamente informado àquela autoridade. Neste caso, a decisão deverá ser proferida dentro de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade (§ 40 do artigo 109 da Lei no 8.666/93).
- 12.11- Interposto, o recurso será aberto prazo aos demais licitantes, que poderão impugná-lo em até 5 (cinco) dias úteis.
- 12.12- A intimação dos atos referidos no inciso I do subitem 12.9, excluindo-se as penas de advertência e multa de mora, e no inciso III, será feita mediante publicação no órgão oficial do Município.

13-DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 13.1-Uma vez homologado o resultado da licitação, será formalizada a ata, conforme ATA DE REGISTRO DE PREÇOS-ANEXO III, que constitui documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, com validade de doze meses, a partir de sua assinatura.
- 13.2-A Prefeitura Municipal de Bom Jardim convocará formalmente a licitante classificada em primeiro lugar, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, informando o local e data para assinatura da Ata de Registro de Preços e retirada da nota de empenho. A convocação farse-á através de ofício, dentro do prazo de validade de sua proposta, aplicando-se as disposições do artigo 64 da Lei 8.666/93.
- 13.3-O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo fornecedor convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Pregoeiro e sua Equipe.

25 N2 V

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

- 13.4-Para retirada do empenho, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas neste edital.
- 13.5-Nos termos do artigo 62 da Lei 8.666/93, o presente edital e seus anexos e a proposta do adjudicatário serão partes integrantes da nota de empenho de despesa.
- 13.6-A recusa injustificada do adjudicatário em aceitar a nota de empenho, até 5 (cinco) dias úteis após sua convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas e facultando a Comissão de Licitação e compras convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação ou revogar a licitação.
- 13.7-É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste edital.
- 13.8-Quando do comparecimento da empresa para assinatura da Ata deverão ser apresentados os documentos de Carteira de Identidade e o Cadastro de Pessoa Física (CPF) do responsável pela assinatura e o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor. Se for procurador, apresentar, juntamente, a procuração comprovando o mandato.
- 13.9-A ata firmada com o licitante vencedor poderá ser alterada nos termos do artigo 57, 58 e 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

14- CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

- 14.1 Uma vez homologado o resultado da licitação, a licitante vencedora será convocada para a assinatura do termo de contrato, no prazo de 5 (cinco) dias.
- 14.1.2 O prazo de convocação para assinatura poderá ser prorrogado uma vez, por igual período (cinco dias), quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
- 14.1.3 Caso o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar no prazo e condições estabelecidos, a administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 desta Lei.
- 14.1.4 Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
- 14.1.5 Quando do comparecimento da empresa para assinatura do contrato, deverão ser apresentados os documentos de Carteira de Identidade e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável pela assinatura do contrato. Se for procurador, apresentar, juntamente, a procuração comprovando o mandato.
- 14.1.6 Como condição para celebração do contrato, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas neste projeto básico, as quais serão verificadas novamente no momento da assinatura do termo.



Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

15-DA EMISSÃO DOS PEDIDOS

- 15.1- A Secretaria Municioal de Saúde, respeitada a ordem de registro, selecionará os fornecedores para os quais serão emitidos os pedidos de fornecimento.
- 15.2- O fornecedor convocado que não cumprir as obrigações estabelecidas na ata de registro de preços estará sujeito às sanções previstas no Termo Referência. Neste caso, o setor requisitante convocará, obedecida a ordem de classificação, o próximo fornecedor registrado no SRP.

16-DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 16.1-O fornecedor registrado poderá ter o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo, assegurado o contraditório e ampla defesa.
- 16.2-O cancelamento de seu registro poderá ser:
- 16.2.1-a pedido do próprio, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da ata, pela ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.
- 16.2.2-por iniciativa da Prefeitura Municipal de Bom Jardim:
- a) se o fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aqueles praticados no mercado;
- b) se o fornecedor perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- c) se o fornecedor deixar de retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela CPLC, sem justificativa aceitável;
- 16.2.3-por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas.
- 16.3-Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a CPLC fará o devido apostilamento na ata de registro de preços e informará aos proponentes a nova ordem de registro.

17-DA REVOGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 17.1-A ata de registro de preços poderá ser revogada pela Administração:
- 17.1.1-por decurso de prazo de vigência;
- 17.1.2-quando não restarem fornecedores registrados;

25 N2 V

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

17.1.3-pela Prefeitura Municipal de Bom Jardim, quando caracterizado o interesse público.

18.- PENALIDADES

18.1-Se a licitante vencedora, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, se recusar injustificadamente a proceder à entrega, apresentar pendências junto aos cadastros da Administração Pública, deixar de entregar os documentos exigidos neste Edital ou apresentar documentação falsa, ensejará o retardamento da execução do objeto do certame. O mesmo ocorre se não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a entrega, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa. A sessão será retomada e as demais licitantes chamadas, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições da proposta vencedora, sujeitando-se a licitante desistente, às penalidades seguintes, sem prejuízo da aplicação de outras cabíveis;

18.2-Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Bom Jardim - RJ, por prazo não superior a 02 (dois) anos

19- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIPLEMENTO CONTRATUAL:

- 19.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.
- 19.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.
- 19.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais;
- 19.3.1 As penalidades de que tratam o subitem anterior, serão aplicadas na forma abaixo:
 - 1. Deixar de entregar documentação exigida para o certame, retardar a execução do seu objeto e não manter a sua proposta, ficará impedido de licitar e contratar com o Município por até 90 (noventa) dias;
 - b. Falhar, fraudar, atrasar a entrega dos materiais, ficará impedido de licitar e contratar com o Município por, no mínimo 90 (noventa) dias até 02 (dois) anos;

1993 1222 1004 7AFOUS

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

- c. Apresentação de documentação falsa, cometer fraude fiscal e comportar-se de modo inidôneo, será impedido de licitar e contratar com o Município por, no mínimo 02 (dois) anos até 05 (cinco) anos.
- 19.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II - multa(s):

- III- Em caso de inexecução, total ou parcial, o(s) licitante(s) vencedor(es) poderá(ão) sofrer, sem prejuízo do previsto nos artigos 86 à 88 da Lei Federal nº 8666/93, as seguintes penalidades:
 - a. Pelo atraso na entrega dos produtos: multa de 2 % do valor total, sobre o valor total do presente contrato, por dia de atraso, a contar do momento em que os deveriam ter sido iniciado, limitada a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;
 - b. pelo descumprimento de qualquer outra obrigação: multa de 5% do valor total do contrato;
 - c. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo não superior a 2 (dois) anos; e,
 - d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração;
 - e. O atraso na entrega dos produtos por mais de 24 (vinte e quatro) horas, ensejará a rescisão contratual, sem prejuízo da multa cabível;
- 19.5 As multas previstas nesta cláusula serão cumulativas com as demais penalidades e deverão ser recolhidas aos Cofres do Município no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente, segundo a Lei nº 6.830/80, com os encargos correspondentes;
- 19.6 Além das multas estabelecidas, a Administração poderá recusar os serviços, se a irregularidade não for sanada, podendo ainda, a critério da mesma, a ocorrência constituir motivo para aplicação do disposto nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital;
- 19.7 Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;
- 19.8 Para as penalidades previstas nos subitens 19.1 ao 19.7 será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa;
- 19.9 As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo da Administração;
- 19.10 Constituirão motivos para rescisão do contrato, independente da conclusão do seu prazo:

25 N2 V

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

- a. Razões de interesse público
- b. Reiterada desobediência dos preceitos estabelecidos;
- c. Falta grave a Juízo do Município;
- d. Falência ou insolvência;
- e. Inexecução total ou parcial do contrato;
- f. Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que venha a prejudicar a execução do contrato;
- g. Mudanças na legislação em vigor sobre licitações, impossibilitando a execução do presente contrato;
- h. Descumprimento de qualquer cláusula contratual;
- i. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do acordado entre as partes;
- **j.** Por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que haja conveniência para o Município.

20- DO PAGAMENTO

- 20.1 O pagamento será efetuado através de conta bancária, a ser informada pela CONTRATADA no momento da apresentação da nota fiscal eletrônica. O prazo para pagamento da referida nota será de até 30 (trinta) dias, contados da entrega do produto, observada a ordem cronológica de chegada de títulos.
- 20.2 A nota fiscal deverá chegar para a Secretaria Municipal de Saúde devidamente atestada pelo fiscalizador do contrato ou servidor responsável designado para tal tarefa, que deverá colocar o carimbo e assinatura, bem como a data do efetivo recebimento, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimo e entrelinhas.
- 20.3 O pagamento será suspenso se observado algum descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, no que se refere à habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 20.4 Qualquer pagamento somente será efetuado à CONTRATADA após as conferências do Controle Interno, e ainda, se a CONTRATADA não tiver nenhuma pendência de débito junto à CONTRATANTE, inclusive multa.
- 20.5 Fica vedada à CONTRATADA a cessão de créditos às Instituições Financeiras ou quaisquer outras, sob pena de rescisão contratual e demais sanções.
- 20.6 Juntamente com a Nota Fiscal a Empresa Vencedora deverá apresentar os documentos abaixo relacionados, com validade atualizada, conforme art 55, inc XIII da Lei 8.666/93 :
- 20.6.1 Certidão de Regularidade com INSS Certidão Unificada
- 5.6.2 Certidão de Regularidade com FGTS



Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

- 20.6.3 Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União.
- 20.6.4 Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual e a Certidão emitida pela Procuradoria Geral o Estado;
- 20.6.5 Certidão de Regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da Licitante
- 20.6.6 Prova da inexistência de débitos trabalhista mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, LEI 12.440/11, de 07 de janeiro de 2012 (Certidão emitida gratuitamente pelo site: HTTP://www.tst.jus.br)
- 20.6.7 Fica vedada a contratada a cessão de créditos às instituições financeiras ou quaisquer outras, sob pena de rescisão contratual e demais sanções.

21-FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO

- 21.1 –O gerenciamento e a fiscalização da contratação decorrente deste Termo Referência caberá ao seguinte fiscalizador:
- 21.1.1 Secretaria Municipal de Saúde: Bruno Pereira Rozales, Coordenador de Serviços Farmacêuticos, Mat 11/6249.
- 21.1.3 O fiscalizador da respectiva Secretaria determinará o que for necessário para regularização de faltas ou eventuais problemas relacionados a aquisição ou prestação do serviço, nos termos do art. 67 da Lei Federal 8.666/93 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto;
- 21.1.4 Ficam reservados à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no processo Administrativo.
- 21.1.5 As decisões que ultrapassarem a competência da Secretaria deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA à autoridade administrativa imediatamente superior ao Secretário, através dele, em tempo hábil para adoção de medidas convenientes.

22 – DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

22.1 - Por se tratar de aquisição de insumos, seu cronograma de desembolso resume se ao pagamento integral após a entrega, sem parcelamento.

	MÊS	
ЕТАРА	1°	2°
Entrega do objeto	X	
Pagamento		X

25 N2 V

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

23 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 23.1 De acordo com o Art.73 da Lei nº. 8666/93 Inciso II; a seguir elencado:
 - "Art. 73. Executado o contrato, o seu objeto será recebido:
 - II em se tratando de compras ou de locação de equipamentos:
 - A) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
 - B) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.
 - § 1º Nos casos de aquisição de equipamentos de grande vulto, o recebimento farse-á mediante termo circunstanciado e, nos demais, mediante recibo.
 - $\S 2^{\circ}$ O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.
 - § 4º Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este artigo não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos."
- 23.2 O prazo de validade dos insumos no momento da entrega dever ser de no mínimo 12(doze)meses.
- 23.3 Todos os insumos, nacionais ou importados, devem constar nos rótulos e nas bulas, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor.
- 23.4 As embalagens devem apresentar o nome do farmacêutico responsável pela fabricação do produto ou importação, com o respectivo número do Conselho Regional de Farmácia (CRF). O registro do profissional deve ser, obrigatoriamente, da unidade federada onde a fábrica ou importadora está instalada.

24- DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

- 24.1 Os preços estabelecidos no presente Contrato são fixos e irreajustáveis, salvo os casos previstos em Lei.
- 24.2 –Em caso de reajuste por ocasião de prorrogação do presente Contrato, o valor será corrigido pelo índice IGPM.

25- DO CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA



Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

25.1- O critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, obedecerá a data da efetiva dos produtos e o período de adimplemento, até a data do efetivo pagamento. Fundamento legal: Art. 40, XIV, "c" e 55, III da Lei 8.666/93, obedecendo ao índice IGPM.

26 - DA RECOMPOSIÇÃO DO EQULÍBRIO ECONÔMICO

26.1 – Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato príncipe, configurando prejuízo econômico extraordinário e extracontratual, para restabelecer a relação que os contratantes pactuaram inicialmente entre os encargos do licitante vencedor e a retribuição do Município para o justo pagamento, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser expressamente solicitada e justificada e devidamente comprovada pelo licitante vencedor, o que se aceito pelo Município, deverá ser atendido mediante Termo Aditivo ao presente instrumento.

27 - DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS E PENALIZAÇÕES:

27.1 – Obedecerá a regra contida no art. 40, XIV, "d" da Lei 8.666/93 da seguinte forma: Quando ocorrerem atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, valendo esta mesma regra para os casos de antecipação de pagamento, caso ocorra.

28 - DAS CONDIÇÕES PARA SEGURO

28.1- A aquisição do objeto deste Termo de Referência não necessita de seguro.

29 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

- 29.1-É facultado ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 29.2- Os proponentes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não cabendo ao Município de Bom Jardim responsabilidade por qualquer custo, independente da condução ou do resultado do processo licitatório.

SNZ 1003 2014 JASOUM

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

- 29.3- Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 29.4- Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 29.5- Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos, desde que não haja comunicação diversa por parte do Pregoeiro.
- 29.6- Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se os prazos em dias de expediente da Prefeitura Municipal de Bom Jardim.
- 29.7- O desatendimento à exigências formais não essenciais e sanavéis não importará na exclusão do licitante, desde que seja possível a exata compreensão da sua proposta e a aferição da sua habilitação durante a realização da sessão pública de pregão.
- 29.8- As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, em comprometimento da segurança do futuro contrato.
- 29.9- A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 29.10- As disposições estabelecidas neste edital poderão ser alteradas, observadas as disposições do Parágrafo 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.
- 29.11- O recebimento dos envelopes não gera nenhum direito para o licitante perante o Município.
- 29.12- Fica assegurado ao Município de Bom Jardim, sem que caiba aos licitantes indenizações:
- a- Adiar a data da abertura da presente licitação, dando disso conhecimento aos interessados, com antecedência mínima de 48(quarenta e oito) horas;
- b- Revogar, no todo ou em parte, a presente licitação, dando disso ciência aos interessados, anular a presente licitação, dando disso ciência aos interessados.
- 29.13- Fica eleito o foro da Comarca de Bom Jardim, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas da presente licitação, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
- 29.14-A participação das empresas interessadas nesta licitação implicará no total conhecimento das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, bem como das normas legais e regulamentares que regem a matéria, ficando consignado que na hipótese de



Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

ocorrência de casos omissos, estes serão solucionados à luz das disposições contidas <u>na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, na Lei Federal nº 10.520, no Decreto Municipal nº 1.393/05 e no Decreto Municipal nº 2156/10, e demais normas pertinentes.</u>

29.15. – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

29.15.1 – A despesa decorrente deste objeto correrá à conta do orçamento do Exercício de 2017.

29.15.2 - Os créditos pelos quais as despesas relativas à presente licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentária.

CONTAS	PROG. DE TRABALHO	NAT. DESPESA
142		
143	0800.1030200642.071	3390.32.00
144	(Assistência à População Carente –	(Material, bem ou serviço para
147	Recursos)	distribuição gratuita)
148		

29.16- Qualquer pedido de esclarecimento em relação e eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, deverão ser encaminhadas para os e-mails: licitacao.bomjardim@gmail.com, ou ainda, feitas pessoalmente o Pregoeiro, no horário de 9:00 às 12:00 horas e 13h00min. às 17h00min. horas, na Praça Governador Roberto Silveira nº 44, 4º andar Centro, Bom Jardim- RJ onde poderá ser retirada cópia integral do Edital e seus anexos, tel (22) 2566-2916 e 2566-2316.

29.17 – O presente Termo de Referência estará a disposição dos interessados em participar do certame, no Setor de Licitações do Município, atrelado apresente processo, na Prefeitura Municipal de Bom Jardim, situada na Praça Governador Roberto Silveira, nº 44, Centro – Bom Jardim (4º andar – Comissão Permanente de Licitações e Compras), no horário compreendido das 9 às 12hs e das 13 às 17hs.

29.18- A contratante estará à disposição para consulta e aquisição do termo de referência na sede da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, sito a Rua Humberto Neves, s/n- Bairro Bom Destino – Bom Jardim/RJ. O horário de atendimento será segunda feira a sexta feira de 08h00min as 12h00min e das 13h:30min as 16h:00min, exceto feriados e pontos facultativos ou através do n° (22) 2566-2583.



Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

30- ANEXOS QUE INTEGRAM ESTE EDITAL

Os anexos que integram este Edital, como partes inseparáveis, são os seguintes:

- 30-1- ANEXO I Termo Referência
- 30.3 ANEXO II Proposta de Preços
- 30.4 ANEXO III Minuta da Ata de Registro de Preços
- 30.5- ANEXO IV- Modelo de Declaração de Fatos Impeditivos
- 30.6- ANEXO V- Modelo de Carta de Credenciamento
- 30.7- ANEXO VI Modelo de Declaração relativa a trabalho de menores
- 30.8- ANEXO VII- Modelo Declaração ME ou EPP
- 30.9- ANEXO VIII- Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação

Pregoeiro

30.10 - ANEXO IX - Declaração de Idoneidade.

Bom Jardim, 26 de maio de 2017.
 _ al



Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2017

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - JUSTIFICATIVA

1.1 - Aquisição de Medicamentos para atendimento dos pacientes com processos administrativos e judiciais cadastrados na Secretaria Municipal de Saúde, baseado e sobre os preços fixados na Lista de Preço de Medicamentos da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos / Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (CMED/ANVISA), por período estimado de 12 meses, de forma parcelada, mediante requisição formulada pela Farmácia Municipal da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), nos termos e condições estabelecidas neste instrumento.

2 - OBJETO:

2.1 – Eventual e Futura aquisição dos medicamentos para atendimento dos pacientes com processos administrativos e judiciais cadastrados na Secretaria Municipal de Saúde, baseado e sobre a Lista de preços de fábrica (PF), fixados na Lista de medicamentos da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos/Agência Nacional de Vigilância Sanitária (CMED/ANVISA), da forma que se obtenha o maior percentual (%) de desconto sobre a referida tabela, considerando os lotes discriminados, por período estimado de 12(doze) meses.

2.2 – Detalhamento do objeto:

LOTE	ESPECIFICAÇÃO
	Aquisição de medicamentos REFERÊNCIA, com base nos preços fixados na
01	Lista de Preços de Medicamentos da CMED/ANVISA para o estado do Rio de
	Janeiro.
	Aquisição de medicamentos GENÉRICO, com base nos preços fixados na
02	Lista de Preços de Medicamentos da CMED/ANVISA para o estado do Rio de
	Janeiro.
	Aquisição de medicamentos SIMILAR, com base nos preços fixados na Lista
03	de Preços de Medicamentos da CMED/ANVISA para o estado do Rio de
	Janeiro

Serão consideradas para fins de diferenciação entre os lotes acima, as Tabelas de Medicamentos Referencia e Genéricos divulgados pela ANVISA, as exceções entres estas tabelas ou os insumos não listado nelas serão considerados medicamentos SIMILARES.



Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 – Com exceção dos itens anexos (Anexo I)

3 – PRAZOS, FORMA E LOCAL DE ENTREGA DE MATERIAL

- 3.1 Após a assinatura da ata de registro de preços, a Empresa vencedora do certame terá o prazo de até 7 (sete) dias úteis para iniciar aentrega dos insumos solicitados, que deverá ser realizada de forma parcelada.
- 3.2 A entrega dos insumos deverá ser realizada de forma parcelada, de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, devendo todos estardentro do prazo de validade, conforme disposto no item 18.2 deste Termo de Referência.
- 3.3 A entrega dos insumos deverá ser entregue na Farmácia Municipal de Bom Jardim, situado à Av. Tancredo Neves, 441, Térreo, Ed Filinho Maravilho Bom Jardim RJ, de segunda à sexta-feira, das 8:30 às 11:00 horas e de 13:30 às 16:30 horas
- 3.4 A entrega dos medicamentos deverá ser acompanhada de notas fiscais em 2 (duas) vias, discriminando os medicamentos de acordo com o empenho e os dados bancários para pagamento.
- 3.5 Na eventualidade de se verificarem desacordo na entrega dos produtos com o empenho, a licitante vencedora deverá corrigir no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 3.6- A Lista de medicamentos da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos/Agência Nacional de Vigilância Sanitária (CMED/ANVISA) encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/listas-de-precos.

4 – DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA:

- 4.1 São obrigações da **CONTRATADA**, sem que a elas se limitem:
- 4.1.1 Assinar a Ata de Registro de Preços e manter, durante toda a vigência da mesma, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência;
- 4.1.2 Fornecer os insumos no local indicado neste Termo Referência;

SNZ 193 70 A JAJOUS

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

4.1.3 - Promover por sua conta, a cobertura, através de seguros, dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na entrega de objeto deste Termo Referência;

4.2 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 4.2.1 Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.
- 4.2.2 Fornecer todas as informações necessárias para que a contratada possa entregar o objeto dentro das especificações técnicas recomendadas;
- 4.2.3 Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada à execução do contrato:
- 4.2.4 Efetuar o pagamento à CONTRATADA, na forma convencionada neste Edital;
- 4.2.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio dos servidores designados como Fiscal do Contrato, nos termos do art. 67 da Lei no 8.666/93, exigindo seu fiel e totalcumprimento;
- 4.2.6 Verificar a regularidade fiscal da CONTRATADA antes de efetuar o pagamento.
- 4.2.7 Aplicar penalidades à contratada, por descumprimento contratual.

5 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (ART. 55, III)

- 5.1 O pagamento será efetuado através de conta bancária, a ser informada pela CONTRATADA no momento da apresentação da nota fiscal eletrônica. O prazo para pagamento da referida nota será de até 30 (trinta) dias, contados da entrega do produto, observada a ordem cronológica de chegada de títulos.
- 5.2 A nota fiscal deverá chegar para a Secretaria Municipal de Saúde devidamente atestada pelo fiscalizador do contrato ou servidor responsável designado para tal tarefa, que deverá colocar o carimbo e assinatura, bem como a data do efetivo recebimento, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimo e entrelinhas.
- 5.3 O pagamento será suspenso se observado algum descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, no que se refere à habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 5.4 Qualquer pagamento somente será efetuado à CONTRATADA após as conferências do Controle Interno, e ainda, se a CONTRATADA não tiver nenhuma pendência de débito junto à CONTRATANTE, inclusive multa.
- 5.5 Fica vedada à CONTRATADAa cessão de créditos às Instituições Financeiras ou quaisquer outras, sob pena de rescisão contratual e demais sanções.

25 N2 V

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

- 5.6 Juntamente com a Nota Fiscal a Empresa Vencedora deverá apresentar os documentos abaixo relacionados, com validade atualizada, conforme art 55, inc XIII da Lei 8.666/93 :
- 5.6.1 Certidão de Regularidade com INSS Certidão Unificada
- 5.6.2 Certidão de Regularidade com FGTS
- 5.6.3 Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União.
- 5.6.4 Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual e a Certidão emitida pela Procuradoria Geral o Estado;
- 5.6.5 Certidão de Regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da Licitante
- 5.6.6 Prova da inexistência de débitos trabalhista mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, LEI 12.440/11, de 07 de janeiro de 2012 (Certidão emitida gratuitamente pelo site: <u>HTTP://www.tst.jus.br</u>)
- 5.6.7 Fica vedada a contratada a cessão de créditos às instituições financeiras ou quaisquer outras, sob pena de rescisão contratual e demais sanções.

6.0 – DAS SANÇÕES EM CASO DE INADIMPLEMENTO

- 6.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.
- 6.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.
- 6.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais;
- 6.3.1 As penalidades de que tratam o subitem anterior, serão aplicadas na forma abaixo:
 - a. Deixar de entregar documentação exigida para o certame, retardar a execução do seu objeto e não manter a sua proposta, ficará impedido de licitar e contratar com o Município por até 90 (noventa) dias;
 - b. Falhar, fraudar, atrasar a entrega dos materiais, ficará impedido de licitar e contratar com o Município por, no mínimo 90 (noventa) dias até 02 (dois) anos;



Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

- c. Apresentação de documentação falsa, cometer fraude fiscal e comportar-se de modo inidôneo, será impedido de licitar e contratar com o Município por, no mínimo 02 (dois) anos até 05 (cinco) anos.
- 6.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência:

II - multa(s):

- III- Em caso de inexecução, total ou parcial, o(s) licitante(s) vencedor(es) poderá(ão) sofrer, sem prejuízo do previsto nos artigos 86 à 88 da Lei Federal nº 8666/93, as seguintes penalidades:
 - a. Pelo atraso na entrega dos produtos: multa de 2 % do valor total, sobre o valor total do presente contrato, por dia de atraso, a contar do momento em que os deveriam ter sido iniciado, limitada a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;
 - b. pelo descumprimento de qualquer outra obrigação: multa de 5% do valor total do contrato;
 - c. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo não superior a 2 (dois) anos; e,
 - d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração;
 - e. O atraso na entrega dos produtos por mais de 24 (vinte e quatro) horas, ensejará a rescisão contratual, sem prejuízo da multa cabível;
- 6.5 As multas previstas nesta cláusula serão cumulativas com as demais penalidades e deverão ser recolhidas aos Cofres do Município no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente, segundo a Lei nº 6.830/80, com os encargos correspondentes;
- 6.6 Além das multas estabelecidas, a Administração poderá recusar os serviços, se a irregularidade não for sanada, podendo ainda, a critério da mesma, a ocorrência constituir motivo para aplicação do disposto nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital;
- 6.7 Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;
- 6.8 Para as penalidades previstas nos subitens 9.1 ao 9.7 será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa;

Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

- 6.9 As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo da Administração;
- 6.10 Constituirão motivos para rescisão do contrato, independente da conclusão do seu prazo:
 - a. Razões de interesse público
 - b. Reiterada desobediência dos preceitos estabelecidos;
 - c. Falta grave a Juízo do Município;
 - d. Falência ou insolvência;
 - e. Inexecução total ou parcial do contrato;
 - f. Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que venha a prejudicar a execução do contrato;
 - g. Mudanças na legislação em vigor sobre licitações, impossibilitando a execução do presente contrato;
 - h. Descumprimento de qualquer cláusula contratual;
 - i. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do acordado entre as partes;
 - j. Por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que haja conveniência para o Município.

7 – HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 7.1 Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, no órgão correspondente, indicando os atuais responsáveis pela administração;
- 7.2 No caso de sociedades anônimas, cópia da ata da assembléia geral ou da reunião do conselho de administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais administradores, evidenciando o devido registro na junta comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei 6.404/76 e suas alterações;
- 7.3 Cédula de identidade dos sócios e/ou diretores:
- 7.4 Para empresa individual: registro comercial.
- 7.5 Declaração de Idoneidade (conforme o anexo VIII)
- 7.6 Declaração de Cumprir o Art. 7°, XXXIII ,da C.F. (conforme o anexo V)



Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

7.7 – Certidão de Regularidade expedida pelo Ministério Público do estado do Rio de Janeiro – Promotoria de Justiça de Fundações, conforme determina a Resolução Complementar nº 15/2005, em se tratando de Fundações;

8 – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL:

- 8.1 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.2 Comprovante de Inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes CNPJ;
- 8.3 Certidão de Regularidade com a Previdência Social (INSS);
- 8.4 Certidão de Regularidade com o FGTS emitida pela Caixa Econômica Federal;
- 8.5 Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União;
- 8.6 Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação a tributos estaduais (ICMS);
- 8.7 Certidão emitida pela Procuradoria Geral do Estado, onde houver.
- 8.8 Certidão de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da licitante.
- 8.9 Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos temos da Lei 12.440/2011 CNDT Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

9 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 9.1 Licença de funcionamento conferido pelo órgão Sanitário Estadual ou Municipal dentro do prazo de validade, para venda e/ou distribuição de medicamentos.
- 9.2 Autorização de funcionamento expedida pela ANVISA com publicação no D.O.U (Diário Oficial da União) para venda e/ou distribuição de medicamentos.
- 9.3 No caso da empresa licitante ser uma distribuidora deverá também apresentar o Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento (CBPDA) ou o protocolo de requerimento do referido certificado emitido pela ANVISA acrescido do relatório de auto de inspeção aprovado pela vigilância sanitária, com emissão inferior à 12 meses, referente aos objetos licitados, conforme determinação da Lei Federal nº 6.360/1976 e Portaria do Ministério da Saúde mº 802/1998, que deverá ser apresentado ainda na <u>fase de credenciamento</u>
- 9.4 Certificado de Regularidade conferido pelo Conselho Regional de Farmácia dentro do prazo de validade.



Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

9.5 – A empresa licitante deverá apresentar declaração em papel timbrado da mesma, assinada pelo seu administrador ou gerente (comprovação da função/cargo através do contrato social ou documento equivalente), com firma reconhecida, garantindo a entrega do objeto em até7 (sete) dias úteis em caso de contratação, sob pena de desclassificação da proposta. A referida declaração deverá ser apresentada junto à proposta comercial (no mesmo envelope).

10 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- 10.1 Certidão Negativa de Falência e Concordata. Expedida há menos de 90 (noventa) dias, da data da realização da licitação;
- 10.1.1 − A licitante, deverá apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas.
- 10.1.2 No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou concordata, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo fórum competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.
- 10.2 As cópias dos documentos deverão ser autenticadas em cartório e/ou apresentados os originais para que suas cópias sejam autenticadas pelo Pregoeiro.
- 10.3 As Certidões Negativas de Débitos (CND) apresentadas sem indicação do prazo de validade serão consideradas como válidas por 90 (noventa) dias a contar da data de sua expedição.

11 – CRITÉRIO DE JULGAMENTO

11.1 – A presente licitação deverá ocorrer pelo maior percentual de desconto por lote, baseado e sobre a Lista de preços de fábrica (PF), da lista de Preços de Medicamentos da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos/Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (CMED/ANVISA).

12 - TIPO DE EXCECUÇÃO: Indireta

13 - CRITÉRIOS DE REAJUSTE

- 13.1 Os preços estabelecidos no presente Contrato são fixos e irreajustáveis, salvo os casos previstos em Lei.
- 13.2 –Em caso de reajuste por ocasião de prorrogação do presente Contrato, o valor será corrigido pelo índice IGPM.



Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

14 – DA RECOMPOSIÇÃO DO EQULÍBRIO ECONÔMICO

14.1 – Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato príncipe, configurando prejuízo econômico extraordinário e extracontratual, para restabelecer a relação que os contratantes pactuaram inicialmente entre os encargos do licitante vencedor e a retribuição do Município para o justo pagamento, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser expressamente solicitada e justificada e devidamente comprovada pelo licitante vencedor, o que se aceito pelo Município, deverá ser atendido mediante Termo Aditivo ao presente instrumento.

15 – DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

15.1 – Por se tratar de aquisição de insumos, seu cronograma de desembolso resume se ao pagamento integral após a entrega, sem parcelamento.

	MÊS	
ETAPA	1°	2°
Entrega do objeto	X	
Pagamento		X

16 - DO CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA:

16.1 – O critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, obedecerá a data da efetiva dos produtos e o período de adimplemento, até a data do efetivo pagamento. Fundamento legal: Art. 40, XIV, "c" e 55, III da Lei 8.666/93, obedecendo ao índice IGPM.

17 - DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS E PENALIZAÇÕES:

18.1 – Obedecerá a regra contida no art. 40, XIV, "d" da Lei 8.666/93 da seguinte forma: Quando ocorrerem atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, valendo esta mesma regra para os casos de antecipação de pagamento, caso ocorra.

18 – DAS CONDIÇÕES DO RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1 – De acordo com o Art.73 da Lei nº. 8666/93 Inciso II; a seguir elencado:

"Art. 73. Executado o contrato, o seu objeto será recebido:



Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

- II em se tratando de compras ou de locação de equipamentos:
- A) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- B) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.
- § 1º Nos casos de aquisição de equipamentos de grande vulto, o recebimento farse-á mediante termo circunstanciado e, nos demais, mediante recibo.
- $\S 2^{\circ}$ O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.
- § 4º Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este artigo não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos."
- 18.2-O prazo de validade dos insumos no momento da entrega dever ser de no mínimo 12(doze)meses.
- 18.3 Todos os insumos, nacionais ou importados, devem constar nos rótulos e nas bulas, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor.
- 18.4 As embalagens devem apresentar o nome do farmacêutico responsável pela fabricação do produto ou importação, com o respectivo número do Conselho Regional de Farmácia (CRF). O registro do profissional deve ser, obrigatoriamente, da unidade federada onde a fábrica ou importadora está instalada.

19 – DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

- 19.1 Uma vez homologado o resultado da licitação, a licitante vencedora será convocada para a assinatura do termo de contrato, no prazo de 5 (cinco) dias.
- 19.1.2 O prazo de convocação para assinatura poderá ser prorrogado uma vez, por igual período (cinco dias), quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
- 19.1.3 Caso o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar no prazo e condições estabelecidos, a administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de

105 NA (ALCO)

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 desta Lei.

- 19.1.4 Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
- 19.1.5 Quando do comparecimento da empresa para assinatura do contrato, deverão ser apresentados os documentos de Carteira de Identidade e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável pela assinatura do contrato. Se for procurador, apresentar, juntamente, a procuração comprovando o mandato.
- 19.1.6 Como condição para celebração do contrato, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas neste projeto básico, as quais serão verificadas novamente no momento da assinatura do termo.

20 – DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO

- 20.1 –O gerenciamento e a fiscalização da contratação decorrente deste Termo Referência caberá ao seguinte fiscalizador:
- 20.1.1 Secretaria Municipal de Saúde: Bruno Pereira Rozales, Coordenador de Serviços Farmacêuticos, Mat 11/6249.
- 20.1.3 O fiscalizador da respectiva Secretaria determinará o que for necessário para regularização de faltas ou eventuais problemas relacionados a aquisição ou prestação do serviço, nos termos do art. 67 da Lei Federal 8.666/93 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto;
- 20.1.4 Ficam reservados à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no processo Administrativo.
- 20.1.5 As decisões que ultrapassarem a competência da Secretaria deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA à autoridade administrativa imediatamente superior ao Secretário, através dele, em tempo hábil para adoção de medidas convenientes.

21 – PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

21.1 – O prazo de vigência do contato será de 12 (doze) meses e começará a contar da assinatura da ata de registro de preço.

22 – DO SEGURO

22.1 - A aquisição do objeto deste Termo de Referência não necessita de seguro.



Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

23 - DO LOCAL PARA EXAME E RETIRADA DO TERMO DE REFERÊNCIA:

23.1 - O presente Termo de Referência estará a disposição dos interessados em participar do certame, no Setor de Licitações do Município, atrelado apresente processo, na Prefeitura Municipal de Bom Jardim, situada na Praça Governador Roberto Silveira, nº 44, Centro – Bom Jardim (4º andar – Comissão Permanente de Licitações e Compras) e no Setor Requisitante, situado na Farmácia Municipal de Bom Jardim, situado à AvTancredo Neves, 441, Térreo, Ed Filinho - Maravilho - Bom Jardim - RJ, de segunda à sexta-feira, das 8:30 às 11:00 horas e de 13:30 às 16:30 horas.

24 – RESPONSÁVEL PELO TERMO REFERÊNCIA

Bruno Pereira Rozales Secretaria Municipal de Saúde Farmacêutico

Matricula: 11/6249 – SMS

ANEXO I - DO TERMO DE REFERÊNCIA

OBS: COM EXEÇÃO DOS SEGUINTES ITENS:

ITENS	UNIDADE	QUANTIDADE
3 ACETILCISTEINA 600MG	CX	96,00
8 ÁCIDO VALPRÓICO 250MG (C1) CAIXA COM 25 CAPSULAS	CX	324,00
9 ÁCIDO VALPRÓICO 250MG/5ML (C1) FRASCO XAROPE 100ML	FR.	24,00
11 ÁCIDO VALPRÓICO 500MG (C1) CAIXA COM 50 COMPRIMIDOS	CX	24,00
12 ÁCIDO GRÁXOS POLIINSATURADOS + OMEGA 3 1G CAIXA COM 45 COMPRIMIDOS	CX	192,00
19 ALPRAZOLAM 0,5MG (B1) CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	72,00
21 ALPRAZOLAM 1MG (B1) CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	252,00
22 ALPRAZOLAM 2MG (B1) CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	24,00
27 AMIODARONA 200MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	24,00
38 ATORVASTATINA 10MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	48,00
39 ATORVASTATINA 20MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	24,00
40 ATORVASTATINA 40MG CAIXA COM 20 COMPRIMIDOS	CX	24,00
42 AZATIOPRIMA 50MG CAIXA COM 50 COMPRIMIDOS	CX	48,00
59 BRIMONIDINA 2MG/ML COLÍRIO FRASCO 5 ML	FR.	48,00
74 CALCITRIOL 0,25 MCG CAIXA COM 30 CAPSULAS	CX	24,00
76 CANDESARTAN 16 MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	24,00
77 CANDESARTANA 8MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	24,00
83 CARBONATO DE LÍTIO 300MG (C1) CAIXA COM 50 COMPRIMIDOS	CX	120,00
86 CARVEDILOL 12,5MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	288,00



87 CARVEDILOL 25MG CAIXA COM 60 COMPRIMIDOS	CX	72,00
88 CARVEDILOL 3,125 MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	120,00
89 CARVEDILOL 6,25MG	CX	240,00
91 CETIRIZINA 1MG/ML SOL.ORAL FRASCO 120 ML	FR.	48,00
92 CETOTIFENO 0,2MG/ML FRASCO XAROPE 100ML	FR.	120,00
96 CICLOBENZAPRINA 10MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	96,00
97 CICLOBENZAPRINA 5MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	24,00
101 CILOSTAZOL 100MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	414,00
102 CILOSTAZOL 50MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	144,00
104 CINARIZINA 75MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	24,00
105 CIPROFIBRATO 100MG CAIXA COM 30 COMPRIMENTOS	CX	24,00
106 CIPROTERONA 2MG + ETINILESTRADIOL 0,035MG CAIXA COM 21 COMPRIMIDOS REVESTIDOS	CX	48,00
108 CITALOPRAM 20MG (C1) CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	198,00
113 CLOBETASOL 30G CREME DERMATOLÓGICO	CX	24,00
117 CLOMIPRAMINA 25MG (C1) CAIXA COM20 COMPRIMIDOS	CX	24,00
120 CLONAZEPAM 0,5 MG (B1) CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	48,00
121 CLONAZEPAM 2,5 MG/ML GOTAS (B1) FRASCO GOTAS 20 ML	CX	216,00
122 CLONAZEPAM 2MG (B1) CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	48,00
126 CLOPIDOGREL 75 MG 75 MG CX 30 COMP	CX	342,00
134 CLOZAPINA 100MG (C1) CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	192,00
136 CODEÍNA 30MG + PARACETAMOL 500 MG (C1)	CX	24,00
137 CODEÍNA 7,5 MG + PARACETAMOL 500 MG (C1) CAIXA COM 12 COMPRIMIDOS	CX	24,00
138 COLAGENASE 0,6U/G + CLORANFENICOL 0,01 G/G POMADA DERMATOLÓGICA - TUBO 30G	CX	144,00
139 COLCHICINA 0,5 MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	24,00
149 DESLORATADINA 0,5 MG/ ML FRASCO XAROPE 100 ML	FR.	96,00
150 DESONIDA 0,5 MG / G CREME BISNAGA 30G	BISN	24,00
158 DICLORIDRATO DE BETAISTINA 8MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDO	CX	24,00
164 DILTIAZEM 30MG CAIXA COM 50 COMPRIMIDOS	CX	96,00
168 DIOSMINA HESPERIDINA 450/50MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	540,00
174 DOMPERIDONA 10 MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	144,00
176 DONEPEZILA 10MG (C1) CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	24,00
178 DORZOLAMIDA 2% SOL OFT FR GTS 5ML	FR.	48,00
185 ENOXAPARINA 40 MG	FR.	288,00
186 ENOXAPARINA 60MG - VENOSA CAIXA SOLUÇÃO INJETÁVEL VENOSA COM 10 SISTEMAS DE APLICAÇÃO	CX	144,00
193 ESOMEPRAZOL 40MG CAIXA COM 28 COMPRIMIDOS	CX	24,00
203 FINASTERIDA 1MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	24,00
205 FLUNARIZINA 10MG CAIXA COM 50 COMPRIMIDOS	CX	24,00
210 FLUOXETINA CLORIDRATO 20mg	CAPS	24,00
220 GABAPENTINA 300MG CX. 30 CAP	CX	180,00
233 GLICOSAMINA 1,5G - SACHE CAIXA COM 30 ENVELOPES	CX	24,00
235 GLIMEPIRIDA 2MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	108,00



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Prefeitura Municipal de Rom Jardim

237 GLIMEPIRIDA 4MG CX. 30 COMP.	CX	96,00
239 HALOPERIDOL DECANOATO 50MG/ML (C1) CAIXA CO0M 3 AMPOLAS	CX	108,00
242 HIDROXIZINE 2MG/ML SOL. ORAL FR. 120ML	FR.	48,00
243 IBANDRONATO 150MG	CX	72,00
246 IMUNOGLOBULINA HUMANA 5G FRASCO - AMPOLA INJETÁVEL 100ML	FR.	500,00
249 INDAPAMIDA 1,5MG CX. 30 COMP. REV.	CX	306,00
262 ITRACONAZOL 100MG CAIXA COM 15 CAPSULAS	CX	24,00
267 LAMOTRIGINA 100MG CX 30 COMP	CX	48,00
269 LAMOTRIGINA 50MG CX 30 COMP	CX	192,00
271 LATANOPROST 0,05MG/ML COLÍRIO FRASCO 2,5 ML	FR.	48,00
272 LEFLUNOMIDA 20MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	24,00
284 LIDOCAÍNA GEL ESTÉRIL 2% GEL URETAL BISNAGA 30G	BISN	216,00
299 MEMANTINA 10MG CX. 30 COMP.	CX	396,00
314 MIDAZOLAM 15MG CX. 30 COMP. REV.	CX	24,00
322 MONTELUCASTE 10MG CX 30 COMP REV	CX	96,00
323 MONTELUCASTE SÓDICO 4MG COMPRIMIDO CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	24,00
325 MONTELUCASTE SÓDICO 5MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS MASTIGÁVEL	CX	72,00
327 MORFINA 30MG (A1) CAIXA COM 60 COMPRIMIDOS	CX	24,00
328 NALTREXONA 50MG (C1) CX 30 COMP	CX	48,00
334 NIMESULIDA 100MG CX. 12 COMP.	CX	240,00
335 NIMODIPINO 30MG CX. 30 COMP.	CX	120,00
336 NITROFURANTOÍNA 100 MG 100 MG CX 28 CAP	CX	48,00
337 OLANZAPINA 10 MG	CX	24,00
342 ONDANSETRONA 8MG CAIXA COM 10 COMPRIMIDOS	CX	24,00
344 OXCARBAZEPINA 6% SUSPENÇÃO ORAL (C1) FRASCO 100ML	FR.	24,00
345 OXCARBAZEPINA 600MG (C1) CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	198,00
348 PANTOPRAZOL 20MG CX. 28 COMP.	CX	96,00
349 PANTOPRAZOL 40MG C/28 COMP.	CX	120,00
350 PARACETAMOL 300MG CARISOPRODOL 125MG DICLOFENACO SÓDICO 50MG CAFEÍNA 30 MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	96,00
352 PAROXETINA 20MG CX. 30 COMP	CX	72,00
366 PLANTAGO OVATA 3,5G CAIXA COM 30 ENVELOPES	ENV.	72,00
372 PROMETAZINA 25mg	CPR.	216,00
373 PROPAFENONA, CLORIDRATO 300MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	234,00
376 FUMARATO DE QUETIAPINA 100MG CAIXA COM 28 COMPRIMIDOS	CX	24,00
378 FUMARATO DE QUETIAPINA 25MG (C1) CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	48,00
387 RISEDRONATO 35MG CX. 4 COMP. REV.	CX	120,00
388 RISPERIDONA 1MG (C1) CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	24,00
390 RISPERIDONA 2mg	CPR.	24,00
		2100
391 RISPERIDONA 3MG (C1) CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	24,00



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Prefeitura Municipal de Bom Jardim

413 SERTRALINA 50MG (C1) X 30 COMP	CX	96,00
429 TAMOXIFENO CITRATO 20mg	CPR.	24,00
441 TICLOPIDINA 250MG CX 30 COMP REV	CX	120,00
442 TIMOLOL 0,5% - CLÍRIO FRASCO 5ML	FR.	48,00
447 TRAMADOL 50MG CX. 10 CAP.	CX	864,00
457 VALSARTANA 160MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	72,00
461 VENLAFAXINA 37,5MG (C1) CAIXA COM 30 CAPSULAS LIBERAÇÃO CONTROLADA	CX	48,00
338 OLMESARTANA 40 MG + HCTZ 12,5 MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	48,00
354 PENTOXIFILINA 400mg, COMPRIMIDO REVESTIDO	CPR.	168,00
400 RIVASTIGMINA 3 MG (C1) CAIXA COM 30 CAPSULAS	CX	24,00
423 SOTALOL, CLORIDRATO 120MG - 30 COMP	CX	96,00
424 SOTALOL, CLORIDRATO 160MG CX. 20 COMP.	CX	216,00
433 TELMISARTAN 40MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	24,00
434 TELMISARTAN 80MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	96,00
41 ATORVASTATINA 80MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	24,00
44 BACLOFENO 10MG CAIXA COM 20 COMPRIMIDOS	CX	216,00
53 BIMATOPROSTA COLÍRIO 0,3 MG/ML FRASCO 3ML	CX	72,00
90 CETIRIZINA 10MG CAIXA COM 12 COMPRIMIDOS	CX	24,00
129 CLORTALIDONA 25MG CAIXA COM 60 COMPRIMIDOS	CX	180,00
130 CLORTALIDONA 50MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	24,00
156 DICLORIDRATO DE BETAISTINA 16MG CAIXA COM 90 COMPRIMIDOS	CX	24,00
157 DICLORIDRATO DE BETAISTINA 24MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	24,00
175 DOMPERIDONA 1MG/ML FRASCO SUSPENÇÃO 100 ML	FR.	24,00
194 EZETIMIBA 10MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	270,00
202 FILTRO SOLAR FPS 60 FRASCO 60G	FR.	180,00
204 FINASTERIDA 5MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	96,00
226 GENFIBROZILA 600MG CAIXA COM COMPRIMIDOS	CX	24,00
240 HEDERA HELIX XAROPE 15MG FR. 100ML+CM	FR.	24,00
293 LISINOPRIL 10MG CX. 30 COMP.	CX	24,00
294 LISINOPRIL 20MG CX. 30 COMP.	CX	108,00
296 LISINOPRIL 5MG CX. 30 COMP.	CX	96,00



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Prefeitura Municipal de Rom Jardim

329 NAPROXEMO 250MG 250 MG COMPRIMIDO CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	192,00
330 NAPROXEMO 500MG 500MG CAIXA COM 20 COMPRIMIDOS	CX	240,00
361 PIOGLITAZONA 15 MG - CX 30 COMP	UN	48,00
362 PIOGLITAZONA 30MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	96,00
363 PIOGLITAZONA 45MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	48,00
368 PRAVASTATINA 20MG CX 30 COMP	CX	48,00
383 RAMIPRIL 5MG CX. 30 COMP.	CX	96,00
414 SILDENAFIL 50MG CX. 8 COMP.	CX	384,00
459 VARFARINA 5mg	CPR.	96,00
14 ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG CAIXA COM 4 COMPRIMIDOS	CX	24,00
16 ALOPURINOL 100MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	24,00
17 ALOPURINOL 300MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	24,00
18 ALPRAZOLAM 0,25MG (B1) CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	24,00
35 ARIPIPRAZOL 15MG (C1) CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	24,00
36 ARIPIPRAZOL 20MG (C1) CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	24,00
80 CARBONATO DE CALCIO 500MG CX 30 COMP	CX	144,00
81 CARBONATO DE CALCIO + COLECALCIFEROL COLECALCIFEROL	CX	306,00
128 CLORTALIDONA 12,5MG CAIXA COM 42 COMPRIMIDOS	CX	108,00
165 DILTIAZEM 60MG CAIXA COM 50 COMPRIMIDOS	CX	324,00
179 DOXAZOSINA 4MG FR 30 COMP.	FR.	48,00
181 DULOXETINA 60MG CAIXA COM 30 CAPSULAS LIBERAÇÃO RETARD	CX	96,00
190 ESCITALOPRAM 20MG (C1) CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	24,00
209 FLUOXETINA CLORIDRATO 10MG C/ 28 COMP.	CX	24,00
221 GABAPENTINA 400MG (C1) CAIXA COM 30 CAPSULAS	CX	24,00
222 GABAPENTINA 600MG (C1) CAIXA COM 27 COMPRIMIDOS	CX	192,00
228 GLICLAZIDA 30MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	450,00
270 LATANOPROST 0,05 MG + MALEATO DE TIMOLOL 5MG/ML - COLÍRIO FRASCO 2,5	FR.	96,00
324 MONTELUCASTE SÓDICO 4MG SACHE CAIXA COM 30 SACHES GRANULADO 350 MG	CX	72,00
343 OXCARBAZEPINA 300MG (C1) CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	240,00
370 PREGABALINA 75MG 75MG (C1) CX 30 COMP	CX	192,00
377 FUMARATO DE QUETIAPINA 200MG CAIXA COM 28 COMPRIMIDOS	CX	24,00
389 RISPERIDONA 1MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 30ML	FR.	180,00
415 SILDENAFILA 25MG CAIXA COM 15 COMPRIMIDOS	CX	96,00
446 TOPIRAMATO 50MG CX 30 COMP	CX	180,00
458 VALSARTANA 320MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	162,00
463 VERAPAMIL 80MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	96,00



Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

25 - DO CUSTO ESTIMADO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	PERCENTUAL DE DESCONTO (%)
	Aquisição de medicamentos	
	REFERÊNCIA, sobre a Lista de preços	
01	de fábrica (PF), com base nos preços	4,67 %
01	fixados na Lista de Preços de	4,07 /6
	Medicamentos da CMED/ANVISA para	
	o estado do Rio de Janeiro.	
	Aquisição de medicamentos	
	GENÉRICO, sobre a Lista de preços de	
02	fábrica (PF), com base nos preços	15 %
02	fixados na Lista de Preços de	15 70
	Medicamentos da CMED/ANVISA para	
	o estado do Rio de Janeiro.	
	Aquisição de medicamentos SIMILAR,	
	sobre a Lista de preços de fábrica (PF),	
03	com base nos preços fixados na Lista de	19.75.0/
03	Preços de Medicamentos da	18,75 %
	CMED/ANVISA para o estado do Rio	
	de Janeiro	

Neudeir Loureiro do Amaral Pregoeiro



Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2017

PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO II

Modelo de Proposta

Aquisição de medicamentos REFERÊNCIA, sobre a Lista de preços de fábrica (PF), com base nos preços fixados na Lista de Preços de Medicamentos da CMED/ANVISA para o estado do Rio de Janeiro. Aquisição de medicamentos GENÉRICO, sobre a Lista de preços de fábrica (PF), com base nos preços	
de fábrica (PF), com base nos preços fixados na Lista de Preços de Medicamentos da CMED/ANVISA para o estado do Rio de Janeiro. Aquisição de medicamentos GENÉRICO, sobre a Lista de preços de	
fixados na Lista de Preços de Medicamentos da CMED/ANVISA para o estado do Rio de Janeiro. Aquisição de medicamentos GENÉRICO, sobre a Lista de preços de	
Medicamentos da CMED/ANVISA para o estado do Rio de Janeiro. Aquisição de medicamentos GENÉRICO, sobre a Lista de preços de	
o estado do Rio de Janeiro. Aquisição de medicamentos GENÉRICO, sobre a Lista de preços de	
Aquisição de medicamentos GENÉRICO, sobre a Lista de preços de	
GENÉRICO, sobre a Lista de preços de	
fábrica (PF) com basa nos precos	
1abrica (PF), com base nos preços	
fixados na Lista de Preços de Medicamentos da CMED/ANVISA para	
o estado do Rio de Janeiro.	
Aquisição de medicamentos SIMILAR,	
sobre a Lista de preços de fábrica (PF),	
com base nos precos fixados na Lista de	
03 Preços de Medicamentos da	
CMED/ANVISA para o estado do Rio	
de Janeiro	
Validade da proposta: 60 dias Esta proposta deverá ser preenchida e enviada à PREFEI ARDIM, devidamente assinada por responsável da firma info	



Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO III

Aos	dias do n	nês de		do ano d	.e			, na	Con	nissão	de
Licitações e	Compras,	registram-se	os	percentu	ais	de	desc	conto	da	Empi	resa
	, com	sede na		,	insc	rita	no	CNPJ	sob	0	n^{o}
		, neste ato	repr	esentada	pelo	set	1				,
	, portad	or da carteira	de Id	lentidade	n° _					, ór	gão
expedidor	, CF	PF n°		, Const	itui o	bjeto	desta	a Licitaç	ção o	Regi	stro
de Preços para	Eventual e F	utura aquisição	o dos	medicame	entos	para	atenc	limento	dos	pacie	ntes
com processos	s administrati	ivos e judiciai	is cad	lastrados	na S	ecret	aria 🛚	Municip	oal d	e Saí	íde,
baseado e sob	ore a Lista do	e preços de fá	ábrica	(PF), fix	ados	na I	Lista	de med	licam	entos	da
Câmara de Reg	gulação do M	ercado de Med	licame	ntos/Agêr	ncia N	Vacio	nal d	e Vigilâ	incia	Sanit	ária
(CMED/ANV)	ISA), da forn	na que se obte	enha	o maior p	percei	ntual	(%)	de dese	contc	sobr	e a
referida tabela	, considerand	o os lotes disci	rimina	dos, por p	períoc	do es	timad	lo de 12	(doz	e) me	ses,
decorrente do	Pregão Preser	icial para Regi	stro d	e Preços n	ı°		_/17,	Process	so nº	2748	/17.
Integram esta	Ata de Reg	gistro de Preç	ços o	Termo o	de P	ropos	sta C	omercia	ıl- A	nexo	II,
independente o	de transcrição.										
O prazo de vi	gência do reş	gistro de preço	os será	á de 12 (d	doze)	mes	es, co	ontados	da a	assina	tura
desta ata.											

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	PERCENTUAL DE DESCONTO (%)
01	Aquisição de medicamentos REFERÊNCIA, sobre a Lista de preços de fábrica (PF), com base nos preços fixados na Lista de Preços de Medicamentos da CMED/ANVISA para o estado do Rio de Janeiro.	
02	Aquisição de medicamentos GENÉRICO, sobre a Lista de preços de fábrica (PF), com base nos preços fixados na Lista de Preços de Medicamentos da CMED/ANVISA para o estado do Rio de Janeiro.	
03	Aquisição de medicamentos SIMILAR, sobre a Lista de preços de fábrica (PF), com base nos preços fixados na Lista de Preços de Medicamentos da CMED/ANVISA para o estado do Rio de Janeiro	



Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

1- DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS, DO FORNECIMENTO, DO LOCAL DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO.

- 1.1- O prazo de vigência do contato será de 12 (doze) meses e começará a contar da assinatura da ata de registro de preço.
- 1.2 Após a assinatura da ata de registro de preços, a Empresa vencedora do certame terá o prazo de até 7 (sete) dias úteis para iniciar aentrega dos insumos solicitados, que deverá ser realizada de forma parcelada.
- 1.3 A entrega dos insumos deverá ser realizada de forma parcelada, de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, devendo todos estardentro do prazo de validade, conforme disposto no item 18.2 deste Termo de Referência.
- 1.4 A entrega dos insumos deverá ser entregue na Farmácia Municipal de Bom Jardim, situado à Av. Tancredo Neves, 441, Térreo, Ed Filinho Maravilho Bom Jardim RJ, de segunda à sexta-feira, das 8:30 às 11:00 horas e de 13:30 às 16:30 horas
- 1.5 A entrega dos medicamentos deverá ser acompanhada de notas fiscais em 2 (duas) vias, discriminando os medicamentos de acordo com o empenho e os dados bancários para pagamento.
- 1.6 Na eventualidade de se verificarem desacordo na entrega dos produtos com o empenho, a licitante vencedora deverá corrigir no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 1.7- A Lista de medicamentos da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos/Agência Nacional de Vigilância Sanitária (CMED/ANVISA) encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/listas-de-precos.

2 - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA EMPRESA CONTRATADA.

- 2.1 São obrigações da **CONTRATADA**, sem que a elas se limitem:
- 2.1.1 Assinar a Ata de Registro de Preços e manter, durante toda a vigência da mesma, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência;
- 2.1.2 Fornecer os insumos no local indicado no Termo Referência:
- 2.1.3 Promover por sua conta, a cobertura, através de seguros, dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na entrega de objeto do Termo Referência;

3- DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA EMPRESA CONTRATANTE.

3.1 – Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.

100 POAR JAS OUT 122

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

- 3.2 Fornecer todas as informações necessárias para que a contratada possa entregar o objeto dentro das especificações técnicas recomendadas;
- 3.3 Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada à execução do contrato;
- 3.4 Efetuar o pagamento à CONTRATADA, na forma convencionada neste Edital;
- 3.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio dos servidores designados como Fiscal do Contrato, nos termos do art. 67 da Lei no 8.666/93, exigindo seu fiel e totalcumprimento;
- 3.6 Verificar a regularidade fiscal da CONTRATADA antes de efetuar o pagamento.
- 3.7 Aplicar penalidades à contratada, por descumprimento contratual.

4-DO PAGAMENTO

- 4.1 O pagamento será efetuado através de conta bancária, a ser informada pela CONTRATADA no momento da apresentação da nota fiscal eletrônica. O prazo para pagamento da referida nota será de até 30 (trinta) dias, contados da entrega do produto, observada a ordem cronológica de chegada de títulos.
- 4.2 A nota fiscal deverá chegar para a Secretaria Municipal de Saúde devidamente atestada pelo fiscalizador do contrato ou servidor responsável designado para tal tarefa, que deverá colocar o carimbo e assinatura, bem como a data do efetivo recebimento, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimo e entrelinhas.
- 4.3 O pagamento será suspenso se observado algum descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, no que se refere à habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 4.4 Qualquer pagamento somente será efetuado à CONTRATADA após as conferências do Controle Interno, e ainda, se a CONTRATADA não tiver nenhuma pendência de débito junto à CONTRATANTE, inclusive multa.
- 4.5 Fica vedada à CONTRATADA cessão de créditos às Instituições Financeiras ou quaisquer outras, sob pena de rescisão contratual e demais sanções.
- 4.6 Juntamente com a Nota Fiscal a Empresa Vencedora deverá apresentar os documentos abaixo relacionados, com validade atualizada, conforme art 55, inc XIII da Lei 8.666/93 :
- 4.6.1 Certidão de Regularidade com INSS Certidão Unificada
- 4.6.2 Certidão de Regularidade com FGTS
- 4.6.3 Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União.
- 4.6.4 Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual e a Certidão emitida pela Procuradoria Geral o Estado;
- 4.6.5 Certidão de Regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da Licitante



Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

- 4.6.6 Prova da inexistência de débitos trabalhista mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, LEI 12.440/11, de 07 de janeiro de 2012 (Certidão emitida gratuitamente pelo site: <u>HTTP://www.tst.jus.br</u>)
- 4.6.7 Fica vedada a contratada a cessão de créditos às instituições financeiras ou quaisquer outras, sob pena de rescisão contratual e demais sanções.

5- RECURSO FINANCEIRO (ART. 55, V)

A despesa decorrente desta licitação correrá à conta dos orçamentos do exercício de 2017.

CONTAS	PROG. DE TRABALHO	NAT. DESPESA
142		
143	0800.1030200642.071	3390.32.00
144	(Assistência à População Carente –	(Material, bem ou serviço para
147	Recursos)	distribuição gratuita)
148		

6- DO CRITÉRIO DE REAJUSTE (ART. 55, III)

- 6.1 Os preços estabelecidos no presente Contrato são fixos e irreajustáveis, salvo os casos previstos em Lei.
- 6.2 –Em caso de reajuste por ocasião de prorrogação do presente Contrato, o valor será corrigido pelo índice IGPM.

7- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL (ART. 55, VII)

- 7.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.
- 7.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.
- 7.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais;
- 7.3.1 As penalidades de que tratam o subitem anterior, serão aplicadas na forma abaixo:
 - a. Deixar de entregar documentação exigida para o certame, retardar a execução do seu objeto e não manter a sua proposta, ficará impedido de licitar e contratar com o Município por até 90 (noventa) dias;



Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

- b. Falhar, fraudar, atrasar a entrega dos materiais, ficará impedido de licitar e contratar com o Município por, no mínimo 90 (noventa) dias até 02 (dois) anos;
- c. Apresentação de documentação falsa, cometer fraude fiscal e comportar-se de modo inidôneo, será impedido de licitar e contratar com o Município por, no mínimo 02 (dois) anos até 05 (cinco) anos.
- 7.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II - multa(s):

III- Em caso de inexecução, total ou parcial, o(s) licitante(s) vencedor(es) poderá(ão) sofrer, sem prejuízo do previsto nos artigos 86 à 88 da Lei Federal nº 8666/93, as seguintes penalidades:

- a. Pelo atraso na entrega dos produtos: multa de 2 % do valor total, sobre o valor total do presente contrato, por dia de atraso, a contar do momento em que os deveriam ter sido iniciado, limitada a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;
- b. pelo descumprimento de qualquer outra obrigação: multa de 5% do valor total do contrato;
- c. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo não superior a 2 (dois) anos; e,
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração;
- e. O atraso na entrega dos produtos por mais de 24 (vinte e quatro) horas, ensejará a rescisão contratual, sem prejuízo da multa cabível;
- 7.5 As multas previstas nesta cláusula serão cumulativas com as demais penalidades e deverão ser recolhidas aos Cofres do Município no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente, segundo a Lei nº 6.830/80, com os encargos correspondentes;
- 7.6 Além das multas estabelecidas, a Administração poderá recusar os serviços, se a irregularidade não for sanada, podendo ainda, a critério da mesma, a ocorrência constituir motivo para aplicação do disposto nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital;
- 7.7 Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;
- 7.8 Para as penalidades previstas nos subitens 9.1 ao 9.7 será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa;
- 7.9 As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo da Administração;



Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

- 7.10 Constituirão motivos para rescisão do contrato, independente da conclusão do seu prazo:
 - a. Razões de interesse público
 - b. Reiterada desobediência dos preceitos estabelecidos;
 - c. Falta grave a Juízo do Município;
 - d. Falência ou insolvência;
 - e. Inexecução total ou parcial do contrato;
 - f. Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que venha a prejudicar a execução do contrato;
 - g. Mudanças na legislação em vigor sobre licitações, impossibilitando a execução do presente contrato;
 - h. Descumprimento de qualquer cláusula contratual;
 - i. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do acordado entre as partes;
 - **j.** Por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que haja conveniência para o Município.

8- RESCISÃO (ART. 55, VIII E IX)

O presente CONTRATO poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei 8.666/93.

- **8.1-** A parte CONTRATANTE, em conformidade com os artigos 77 a 80 da Lei Federal nº. 8.666/93, poderá denunciar o contrato ou rescindi-lo, para o que deverá notificar, por escrito, a outra parte de sua deliberação com antecedência de 30 (trinta) dias, ficando subentendido que nenhum vínculo subsistirá em decorrência deste contrato.
- **8.2-** A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei 8.666/93.

9- LEGISLAÇÃO APLICÁVEL (ART. 55, XII)

9.1 - O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.



Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

- 9.2 –O gerenciamento e a fiscalização da contratação decorrente deste Termo Referência caberá ao seguinte fiscalizador:
- 9.2.1 Secretaria Municipal de Saúde: Bruno Pereira Rozales, Coordenador de Serviços Farmacêuticos, Mat 11/6249.
- 9.2.3 O fiscalizador da respectiva Secretaria determinará o que for necessário para regularização de faltas ou eventuais problemas relacionados a aquisição ou prestação do serviço, nos termos do art. 67 da Lei Federal 8.666/93 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto:
- 9.2.4 Ficam reservados à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no processo Administrativo.
- 9.2.5 As decisões que ultrapassarem a competência da Secretaria deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA à autoridade administrativa imediatamente superior ao Secretário, através dele, em tempo hábil para adoção de medidas convenientes.
- 9.3 Ficam reservados á fiscalização o direito e autoridade para devolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no processo ou certame licitatório.
- 9.4 A ação da fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

10- TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

11- DURAÇÃO (ART. 55, IV E ART. 57)

O presente Contrato começará a viger a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços e se findará em 12 (doze) meses.

12- DA PUBLICAÇÃO (ART. 61, PARÁGRAFO ÚNICO)

A contratante deverá providenciar no prazo de até 20 dias, contatos da assinatura do presente Contrato a publicação do respectivo extrato no jornal oficial do Município.

13- CASOS OMISSOS (ART. 55, XII)

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.



Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

14- FORO (ART. 55, § 2°)

Fica eleito o foro da Comarca de Bom Jardim, RJ, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três vias) iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Bom Jardim / RJ, XX de XXXX de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGOEIRO

CONTRATADA

TESTEMUNHAS



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2017

ANEXO IV DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

(nom	e da empresa)	,ins	scrita no CN	PJ sob o nº
, sediada _		_(endereço complet	o), declara, so	b as penas da
, sediada _ lei, que até a presente d habilitação no presente pro ocorrências posteriores.	ata inexistem fatos ocesso licitatório, ass	s Supervenientes e/sim como ciente da	'ou Impeditiv obrigatoriedad	os, para sua le de declarar
Local e data				
Assinatura do representant	e legal			
Carimbo CNPJ				

Observações:

- 1- Esta carta deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa.
- 2- Esta declaração NÃO deverá ser colocada dentro dos envelopes



Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2017 ANEXO V CARTA DE CREDENCIAMENTO (modelo)

(local), de de 2017.
À PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM Praça Gov. Roberto Silveira nº 44 – 4º andar Centro-Bom Jardim – RJ.
À Pregoeira
Pela presente, fica credenciado o SR, portador da Célula de Identidade no, expedida em/, e CPF no, para representar a empresa
empresa Inscrita no CNPJ sob o nº, na Licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº, a ser realizada em
No endereço acima mencionado, às horas, podendo, para tanto praticar todos os atos necessários, inclusive poderes para formular ofertas e lances de preços, prestar esclarecimentos, receber notificação, interpor recursos e manifestar-se quanto à desistência de interpô-los, bem como assinar contratos e Atas.
Atenciosamente.
Assinatura do representante legal. Carimbo do CNPJ.

OBS: A carta de credenciamento deverá ser assinada pelo representante legal da licitante, com poderes para constituir mandatário e firma reconhecida. Esta carta deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa; A Carta de Credenciamento NÃO deverá ser colocada dentro dos envelopes.



CARGO NA EMPRESA:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2017

ANEXO VI

DECLARAÇÃO

ASS. P/ FIRMA						
	de	de				
Declaramos que esta empresa da Constituição Federal, on dezoito anos e de qualquer aprendiz.	de é proibido o	trabalho noturno	ou insalubre aos mer	nores de		
NOME DA EMPRESA:						



Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2017

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE ME OU EPP

(nome da empresa)	,inscrita no CNPJ sob o nº
`	_(endereço completo), vem por intermédio de
seu representante legal o Sr. (a)	
Portador(a) da Carteira de Identidade nº	e do CPF
DECLARA, sob as penas da Lei, que é	
(MICRO EMPRESA ou EMPRESA DE PEQUI para efeito de qualificação como ME-EPP e qu elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complemen de que tratam os artigos 42 e 45 da menci impeditivo da participação no presente certame.	e não se enquadra em nenhuma das hipóteses tar nº 123, estando apta a usufruir dos direitos
(data)	
(representante legal)	



Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 049/2017 ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO (modelo)

Ref.: Pregão nº
(razão social da empresa), sediada
(endereço completo), inscrita no CNPJ nº, vem
por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a), portador (a) da Carteira de
Identidade nºe do CPF nº, em atenção ao disposto no art. 4º, VII, da
Lei nº 10.520/02, declarar que cumpre plenamente os requisitos exigidos para a habilitação na
licitação modalidade Pregão Presencial nº/ do Fundo Municipal de Saúde.
Declara, ademais, que não está impedida de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública em razão de penalidades, nem de fatos impeditivos de sua habilitação.
Local e data
(Assinatura do representante legal)

OBS: A declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

Esta Declaração NÃO deverá ser colocada dentro dos envelopes.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Prefeitura Municipal de Bom Jardim Comissão Permanente de licitações e Compras

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº Nº 049/2017

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento de licitação, sob a modalidade Pregão Presencial nº, instaurado pelo Município de Bom Jardim/RJ, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a nossa habilitação, e que estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local	e	data					
———Assinat	ura d	o represent	tante legal				
carimbo	o CNI	РJ					
Observ	ações	:					
1 - Esta	carta	deverá se	r confeccio	nada em p	apel timbr	ado da em	ipresa.